

# **O CENÁRIO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESPÍRITO SANTO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA**

THE EDUCATIONAL POLICY SCENARIO IN THE STATE OF ESPIRITO SANTO  
DURING THE FIRST REPUBLIC

**Maria Alayde Alcântara Salim<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Márcia Helena Siervi Manso<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Espírito Santo

## **RESUMO**

O artigo apresenta um estudo sobre o cenário da educação pública no Espírito Santo, durante a Primeira República, e focaliza, especificamente, os principais aspectos que marcaram a implantação das Reformas Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908) e Atilio Vivacqua (1928). No estudo dessas reformas educacionais, destacam-se as ações propostas, as principais medidas relacionadas à formação do Magistério primário, as ideias pedagógicas que configuravam os discursos dos reformadores e a circulação/apropriação dessas ideias pelos professores da rede pública de ensino. Foi feita uma análise a partir do entrecruzamento das informações relativas com os aspectos políticos, econômicos e socioculturais que marcavam a sociedade capixaba entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX, com destaque para a cidade de Vitória. Como metodologia, trata-se de uma pesquisa histórico-documental, para cujo desenvolvimento foi selecionada uma grande variedade de testemunhos escritos, como relatórios governamentais, legislação educacional, ofícios, requerimentos e cartas, emitidos e recebidos pelas autoridades dirigentes, e a produção escrita de professores publicadas em jornais e revistas. Os pressupostos historiográficos formulados por Bloch (2001) e Ginzburg (2002, 2004) nortearam o trabalho com as fontes documentais, tratadas como vestígios, indícios do momento histórico focalizado. O conjunto das fontes analisadas no trabalho de pesquisa sinalizou que as discussões sobre a educação ganhavam espaço entre os diversos segmentos da sociedade capixaba durante a Primeira República.

**Palavras-chave:** Reformas educacionais. Espírito Santo. Primeira República.

## **1 A EDUCAÇÃO NO DISCURSO REPUBLICANO**

Os primeiros anos da República no Brasil não trouxeram rupturas significativas no campo econômico. No plano político, foram muitas as manifestações de disputa de poder e houve várias insurreições. Na educação, o país iniciou o regime republicano com o desafio de oferecer escola para todos (VIEIRA, 2008).

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB), do Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH) do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: malcantara@globo.com.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB), do Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH) do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: marcia.manso@ufes.br.

Cury (2001, p. 306), ao analisar o texto legal da primeira Constituição Republicana, assinala que a educação, como “um direito de cidadania”, ficaria por conta dos Estados, que determinariam “[...] a natureza, o número e a abrangência da educação pública [...]”.

E foi por meio da Constituição Federal de 1891 que se inscreveu a bandeira da laicidade, assim como a separação entre os poderes. A nova Carta Constitucional definiu que o Congresso Nacional teria a atribuição de legislar sobre o ensino superior e a incumbência de “[...] não privatamente: animar, no País, o desenvolvimento das letras, artes, e ciências [...] sem privilégios que tolham a ação dos governos locais, criar instituições de ensino superior e secundário no Distrito Federal [...]” (VIEIRA, 2008, p. 66).

No Brasil, a educação, na Primeira República (1889-1930), foi marcada pela Constituição Brasileira Republicana de 1891 e por cinco projetos de reformas educacionais concebidos, quais sejam: a Reforma Benjamin Constant (1890-1891), a Reforma Epitácio Pessoa (1901), a Reforma Rivadávia Corrêa (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luiz Alves (1925).

A Reforma Benjamin Constant tem três documentos: o Decreto 981, de 08 de novembro de 1890, que se refere a mudanças relativas à instrução primária e secundária no Distrito Federal; o Decreto 982, de 08 de novembro de 1890, que alterava o Regulamento da Escola Normal da Capital Federal; e o Decreto 1075, de 22 de novembro de 1890, que apresentava o Regulamento do *Gymnasio Nacional*. De um modo geral, pode-se dizer que essa lei mantém o espírito de reformas educacionais anteriores. Vieira (2008, 64-65) assinala que, de certo modo, essa reforma antecipava o espírito da primeira constituição republicana de liberdade, laicidade e gratuidade da escola primária, o que “[...] foi objeto de críticas, tanto por parte dos positivistas, por entenderem que sua concepção estava em desacordo com os princípios pedagógicos de Augusto Comte, como pelos defensores de uma educação de cunho literário, dado a inserção de conteúdos científicos no currículo acabaria por imprimir um caráter enciclopédico ao ensino [...]”.

A Reforma Epitácio Pessoa (Decreto 3.890, de 01 janeiro de 1901; Decreto 3.914, de 26 de janeiro de 1901) não registra nenhuma preocupação com o ensino primário. Segundo Freire (1993, p. 194), “[...] essa é uma iniciativa caracterizada pelo excesso de centralização, assegurada através de mediadores diversos, envolvendo diretores, fiscais, professores e até mesmo governadores [...]”. Já a Reforma Rivadávia Correa, ocorrida em 1911, teve como características principais a *desoficialização* e a

*descentralização* do ensino, ou seja, total autonomia didática e administrativa concedida aos Institutos de Ensino Superior e ao Colégio Pedro II.

Seguindo o espírito de reformar esse período, a educação brasileira contou com a Reforma Carlos Maximiliano em 1915, que se configurou como uma retomada da centralização do ensino e a reforma educacional de João Luiz Alves, em 1925, que também ficou conhecida como Reforma Rocha Vaz (Decreto 16.782, de 13 de janeiro de 1925), em cujo texto legal estabelece “o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino e reforma o ensino secundário e superior” (VIEIRA, 2008, p. 79).

Segundo Sofia Lerche Vieira (2008, p.56), essas iniciativas de reformar a educação nesse período nem sempre corresponderam a “[...] um conjunto orgânico de medidas, mas antes a decretos elaborados com o intuito de reformar aspectos específicos relativos à organização do ensino [...]”. A autora acrescenta que, “[...] como a República mantém a responsabilidade do governo central relativa ao ensino superior e à instrução primária e secundária no Distrito Federal (RJ), o impacto de algumas dessas reformas sobre os Estados é relativo e sobre eles exerce efeitos indiretos [...]”.

O Espírito Santo viveu, durante a Primeira República, um momento de grande movimentação no campo da educação pública. Nesse período, foram realizadas as reformas Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908) e Atilio Vivacqua (1928), que envolveram políticos e educadores no debate sobre os rumos da educação no estado. Assim, nesse artigo analisa-se o cenário educacional do Espírito Santo durante a Primeira República, focalizando as referidas reformas. No estudo dessas reformas educacionais, são destacadas as ações propostas, as principais medidas relacionadas à formação do magistério primário, as ideias pedagógicas que configuravam os discursos dos reformadores e a circulação/apropriação dessas ideias pelos professores da rede pública de ensino. A análise é desenvolvida a partir do entrecruzamento das informações relativas aos aspectos políticos, econômicos e socioculturais que marcavam a sociedade capixaba entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX, focalizando com mais atenção a cidade de Vitória. Para tanto, realizei uma pesquisa histórico-documental e selecionei uma grande variedade de testemunhos (BLOCH, 2001; GINZBURG, 2002, 2004, 2004a): relatórios governamentais, legislação educacional, ofícios, requerimentos e cartas emitidos e recebidos pelas autoridades dirigentes e a produção escrita de professores publicada em jornais e em revistas.

As elites dirigentes que comandaram o processo de instauração do Governo Republicano, formadas no seio dos ideais positivistas, defendiam, em seus discursos,

que o Brasil buscasse o *progresso* e ingressasse na idealizada *Modernidade*. A educação era vista como o *motor da História*, a via de ruptura com um passado que se almejava superar, enfim, reinava a crença de que, com a multiplicação das instituições escolares e a disseminação da educação escolar, seria possível incorporar grande parte da população “[...] na senda do progresso nacional [...]” (NAGLE, 2001, p.134). Além disso, a educação era vista como um importante instrumento de conformação social, na medida em que seria responsável pela formação do cidadão apto a seguir a nova ordem social. Essa perspectiva da educação aparece de forma muito clara no discurso de Jerônimo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo: “[...] é mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida compreensão de seus deveres, que um povo ignorante, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso [...]” (ESPÍRITO SANTO, presidente J. Monteiro, 1912, p. 61).

A discussão sobre a educação começou a ocupar cada vez mais espaço na imprensa capixaba, a partir da década de 1890. Muitos artigos, como o do Professor M. Paulino de Assunção, publicado em janeiro de 1890, no jornal *O Estado do Espírito Santo*, denunciavam as condições de trabalho do professor e o descuido do governo e das classes dirigentes com o ensino em geral no Estado. A precariedade do sistema educacional era até mesmo reconhecida pelos Presidentes de Estado e chefes de Instrução Pública. Na mensagem anual enviada ao Congresso, Moniz Freire destacava a má formação profissional do magistério:

[...] Em matéria de instrução publica o que se pode imaginar de mais grotesco: a função educadora confiada em geral a um pessoal da mais assignalada incompetência, e nenhuma tentativa bem sucedida para reorganisar as condições mentais desse magistério (ESPÍRITO SANTO, presidente, Moniz Freire, 1893, p.12).

## **2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS: A ESTRUTURA DO ENSINO PRIMÁRIO E DO SECUNDÁRIO, A FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E O PENSAMENTO PEDAGÓGICO**

No Espírito Santo, a primeira intervenção institucional na Instrução Pública do período republicano ocorreu durante o governo de Moniz Freire (1892 – 1896) e consistiu, basicamente, em se reorganizar o ensino primário e criar a Escola Normal. A formação do magistério primário foi o foco principal da reforma estabelecida pelo Decreto Estadual nº 2, de 04 de junho de 1892. Dentre as determinações do decreto, destacavam-se a organização efetiva da Escola Normal - seção masculina e feminina - e a reformulação do programa curricular.

Os resultados obtidos com a reforma foram insignificantes. No ensino primário, por exemplo, os dados contidos no relatório de Póvoa (1897) mostram a criação de novas cadeiras para o ensino primário, mas que não foram preenchidas devido à falta de profissionais para ocupá-las. Assim, a oferta de vagas não sofreu alteração. Em relação ao ensino normal, a situação não foi diferente: a falta de uma estrutura física adequada e de profissionais aptos a atuarem no ensino secundário inviabilizou a implementação da reforma curricular.

A primeira intervenção pública ficou restrita ao seu aspecto formal, sem provocar, na prática, alterações significativas nas condições estruturais da educação no Estado, conforme demonstram os relatos das autoridades públicas produzidos nos anos posteriores à reforma. Em 1907, o presidente de Estado, Henrique da Silva Coutinho (1904-1908), qualificou de “[...] lastimável o estado da instrução pública no Espírito Santo [...]” (ESPÍRITO SANTO, presidente Henrique da Silva Coutinho, 1907, p. 302). No ano seguinte, o diretor de Instrução Pública chamava a atenção, em seu relatório, para a precariedade das condições materiais das escolas:

[...] As escolas públicas, em geral, estão desprovidas de móveis; já não digo dos necessários, mas dos indispensáveis: há escolas nas quaes o professor para dar aula senta-se numa cadeira de pão e os alumnos em caixas vazias de querosene. Há muito tempo não são fornecidos livros escolares aos alumnos pobres. (ESPÍRITO SANTO, diretor de instrução pública Dr. Henrique A. Cerqueira Lima, 1908, p. 6).

No campo das ideias pedagógicas, as primeiras décadas do Século XX se caracterizaram pela difusão sistemática dos ideais da Escola Nova. Essa corrente pedagógica forneceu as bases teóricas para as outras duas importantes reformas educacionais promovidas pelo Governo Estadual durante esse período: a reforma de Gomes Cardim (1909) e a Atílio Vivacqua (1928). Seguindo a periodização proposta por Nagle (2001), as duas reformas educacionais promovidas no Estado, durante esse período, corresponderiam, respectivamente, às duas grandes fases da penetração do *escolanovismo* no Brasil. A primeira fase, período em que ocorreu a Reforma Cardim, vai dos últimos anos do Século XIX até a segunda década do Século XX e corresponde ao momento inicial de propagação das novas ideias e da criação das condições facilitadoras para o mais amplo movimento que ocorreria nos anos posteriores. A segunda fase, período da Reforma Vivacqua, começou a partir da década de 1920 e marcou a difusão sistemática dos ideais da Escola Nova e as primeiras tentativas governamentais de promover, na prática, uma nova estruturação das instituições escolares.

Nagle (2001) defendeu a tese de que a penetração do escolanovismo no Brasil afastou a reflexão política do campo educacional, na medida em que os ideais da Escola Nova levaram à gradual substituição da “[...] dimensão política pela dimensão técnica [...]” (p. 335). Tal visão foi questionada por Carvalho (2000), em suas análises sobre a legislação educacional na Primeira República, ao argumentar que os debates travados por especialistas da educação, naquele período, não eram de natureza essencialmente técnica. Na defesa de sua visão, usa como exemplos as reformas educacionais empreendidas por Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927, Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928, Fernando Azevedo no Rio de Janeiro, em 1928 e, finalmente, Anísio Teixeira na Bahia, em 1925.<sup>3</sup>

Segundo Cynthia Greive Veiga (2007, p. 256), uma das ferramentas teóricas mais utilizadas pelos intelectuais reformadores, citados acima, foi a dicotomia “[...] antigo-novo, por meio da qual pretendiam demonstrar a validade de dois parâmetros básicos que procuravam implementar: a escola nova e a escola ativa, em contraposição à então denominada escola antiga [...]”.

Ao acompanhar, por meio da análise documental, a repercussão das duas reformas educacionais na sociedade capixaba, é possível perceber que elas não podem ser reduzidas às suas dimensões técnicas. Embora o caráter conservador e autoritário da estrutura social e das próprias políticas públicas da época tenha impossibilitado qualquer mudança mais profunda no cenário educacional, o processo de implantação das referidas reformas suscitou uma série de discussões acerca de questões políticas e teóricas sobre a educação. Sendo assim, acredito que a visão defendida por Carvalho (2000) seja mais profícua para se perceber a complexidade que envolvia a política educacional da época.

No governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), ocorreu a segunda importante intervenção do Poder Público na educação do Estado: a Reforma Gomes Cardim (1908-1909). Durante esse período, o Governo Estadual desenvolveu uma política centralizadora em relação à educação e procurou estabelecer medidas que padronizassem o sistema de ensino: “[...] O governo procura subordinar todas as escolas ao mesmo methodo, à mesma disciplina e ao mesmo regulamento [...]” (ESPÍRITO SANTO, presidente, J. Monteiro, 1909, p. 21). Como parte dessa política de

---

<sup>3</sup> Carvalho (2000) destacou a atuação dos intelectuais que integravam a Associação Brasileira de Educação no movimento de propaganda da “causa educacional”, procurando mobilizar a opinião pública por meio da imprensa e, até mesmo, cogitando a estruturação de um partido político.

centralização, foi criado, em 1908, o Departamento de Ensino, que passou a controlar todos os serviços referentes à instrução pública.

Para conduzir o processo de reforma educacional, o governo do Estado contratou os serviços do educador paulista, Carlos Alberto Gomes Cardim, que atuou como chefe da Instrução Pública de junho de 1908 a julho de 1909. Gomes Cardim integrava a chamada geração dos “normalistas republicanos”, formada no contexto da reforma educacional promovida no estado de São Paulo, logo após a proclamação da República. A base pedagógica do movimento estava fundamentada nos novos métodos de ensino, especialmente no método analítico para a leitura, que passaria a ser difundido para outros estados brasileiros, pelas “missões de professores paulistas”. Mas essa *missão* não apresentava apenas uma dimensão pedagógica. Do ponto de vista político, ela estava relacionada à afirmação da escola paulista como símbolo do progresso instaurado pela República que, segundo Carvalho (2000, p. 225), “[...] representava uma estratégia de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação [...]”.

A Escola Normal foi o centro das atenções no processo de implantação da reforma, em cujo plano, pela primeira vez, o Poder Público traçou medidas relacionadas à formação em serviço para os professores públicos sem habilitação específica para o exercício do Magistério. O art. 60 da Lei nº 545 de 1909 (DOCUMENTO AVULSO) estabelecia que os professores primários que estavam na ativa poderiam solicitar ao presidente do Estado um período de licença para se habilitar na Escola Normal, recebendo, durante o período, 2/3 dos vencimentos mensais. Os parâmetros para a concessão da licença eram bastante subjetivos: “[...] o Presidente do Estado só concederá licença para os professores habilitar-se na Escola Normal quando convier ao ensino [...]” (p. 8). Mas havia outra dificuldade: caso o professor licenciado fosse reprovado em qualquer uma das séries, perderia imediatamente seu direito de formação e teria que retornar ao trabalho. Considerando o grau de seletividade do curso normal durante o período, essa determinação certamente inibiria os pedidos de licença.

Outra medida da reforma relacionada ao processo de formação do professor foi a organização do *Congresso Pedagógico Espírito-santense* na cidade de Vitória, durante o mês de junho de 1909. O principal objetivo do evento foi de divulgar os pressupostos pedagógicos que nortearam a reforma educacional entre os professores públicos do ensino primário e do secundário e começou com uma palestra de Cardim, intitulada “[...] O ensino analítico em leitura e o ensino analítico em geral [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 35). Durante o congresso, os participantes frequentavam cursos de formação e, a seguir, assistiam às conferências apresentadas no salão da Escola Modelo

por professores primários, inspetores de ensino e lentes da Escola Normal e do Ginásio Espírito Santo.

Os temas dos trabalhos apresentados pelos educadores abordavam o processo geral do ensino, o desenvolvimento do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas, que era uma das metas principais da reforma de Cardim, e, especialmente, questões teórico-metodológicas do ensino. A intenção de Cardim era de transformar o congresso em um evento anual de formação para os professores públicos do Estado, contudo, passada a *euforia* que marcou o período da reforma, o projeto foi esquecido pelo Poder Público, e o congresso não passou da sua primeira edição.

A reforma também estabeleceu novos parâmetros para a organização geral do ensino no Estado. De acordo com a legislação que regulamentou o programa da reforma – Decretos nº 108 e 109, de 4 de julho de 1908; nº 116, de 8 de julho de 1908; e a Lei nº 545, de 1909 – o ensino público foi dividido em primário e secundário. O ensino primário, de responsabilidade do Estado, era oferecido nas escolas isoladas diurnas e noturnas (para os alunos com idades acima de 12 anos), nas escolas rurais e nas escolas reunidas, com duração de três anos, e nos grupos escolares e na Escola Modelo, com duração de quatro anos. Os alunos que fizessem o curso simples de três anos e quisessem ingressar no segundo grau teriam que cursar o quarto ano no grupo escolar. Esse modelo de organização do ensino era mais um dentre os inúmeros obstáculos para o processo de escolarização, considerando que o curso primário de quatro anos, pré-requisito para o ingresso no curso secundário, só era ministrado no Grupo Escolar Gomes Cardim e na Escola Modelo, localizados na cidade de Vitória. No interior do Estado e nas áreas rurais, predominavam as escolas isoladas, pois, como observou Saviani (2004), em todo o Brasil, durante a Primeira República, os grupos escolares foram um fenômeno tipicamente urbano.

O ensino secundário profissional estava a cargo da Escola Normal, e o secundário *propriamente dito* era ministrado pelo Ginásio Espírito Santo. Essas instituições serviriam de padrão de ensino para as demais escolas secundárias criadas nos anos posteriores. A reforma instituiu, ainda, o curso complementar, que deveria intermediar a transição do aluno do curso primário para o curso secundário profissional. No curso, o aluno faria uma revisão dos conteúdos vistos no ensino primário e, no final de um ano, caso fosse aprovado no exame final de admissão – oral e escrito – poderia ingressar na Escola Normal.

Apesar de todo o entusiasmo que envolveu o processo de implementação da Reforma Cardim, a estrutura educacional do Estado não sofreu alterações significativas.



Os requerimentos enviados ao Governo Estadual por comunidades localizadas em diversas regiões do Estado demonstram que os crônicos problemas, como falta de professores, precariedade das instalações escolares e escassez de material didático, continuavam a afligir tanto a população do interior quanto a da capital e localidades vizinhas.

Os requerimentos, apresentados em forma de abaixo-assinados, solicitavam, principalmente, a construção de prédios escolares, a liberação de professores para a criação de novas escolas e o envio de livros e de material escolar. Além disso, a análise dos textos apresentados nesses documentos demonstra que o ideal pró-educação de origem iluminista não estava circunscrito apenas aos discursos das elites políticas e culturais do período republicano, ao contrário, esse discurso circulava entre os diversos segmentos da sociedade, que se apropriavam de seus pressupostos para formular suas reivindicações sociais. Um texto de uma solicitação redigido por um professor primário que atuava na localidade de Jacaré, distrito de Barra do Itabapoana, evidencia os significados atribuídos à educação pela sociedade da época:

[...] Venho respeitosamente expor a Vossa Excelência, o seguinte: que devido a falta de recursos dos senhores pais de família, havendo por esse lado dificuldade da compra dos livros necessários, adoptados para o ensino primário desse Estado, e que devido também a isso os **senhores pais de família não poderão ter seus filhos na escola, assim eles ficarão às escuras, quero dizer, na ignorância, obrigando-os à lavoura, sem ao menos dar-lhes o saber; e sendo a educação o pharol e a base da civilização, que preparará para o futuros homens que possam bem servir a pátria.** [...] Sendo assim, desejo que Vossa Excelência me possa enviar alguns livros para o referido ensino (ABAIXO-ASSINADO, 1911, grifo meu).

Os próprios dirigentes políticos reconheciam os problemas no setor educacional, mas justificavam a situação recorrendo à frequente alegação da falta de recursos econômicos. Esse foi o caso do presidente de Estado, Marcondes Alves de Souza, que, em seu relatório anual enviado ao Congresso Estadual, destacava a falta de prédios escolares, de móveis e de professores, mas, logo a seguir, descartava a possibilidade de qualquer ação imediata do governo: “[...] dadas as circunstancias, porém, em que se encontram as finanças do Estado, tal medida não pode ser levada a efeito presentemente, aguardando para sua execução melhores tempos [...]” (ESPÍRITO SANTO, presidente Marcondes Alves de Souza, 1913, p.121).

O aumento do número de vagas no ensino primário, durante o período focalizado, não atendia à demanda da sociedade. Por essa razão, a maioria da população em idade escolar, entre sete e doze anos, permanecia excluída do ensino primário. Por

exemplo, conforme os dados apresentados pelo presidente de Estado, Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920), em seu relatório enviado ao Congresso Legislativo, no ano de 1917, apenas 15,5% da população em idade escolar estavam matriculados no ensino primário, e 11,8% frequentavam regularmente as aulas. Segundo estimativa do governo, havia uma escola primária para cada grupo de 1.060 habitantes ou uma escola para 256 crianças em idade escolar (ESPÍRITO SANTO, presidente Bernardino de Souza Monteiro, 1917, p. 62).

Nesse mesmo ano, o ensino público estadual ganhou uma nova regulamentação, estabelecida pela Lei nº 1.094, de 5 de janeiro de 1917, que, em linhas gerais, manteve a mesma organização da reforma realizada em 1908. Como novidade, a nova legislação tornava obrigatória a frequência escolar para todas as crianças de sete a doze anos de idade, meta ainda muito distante da situação vivenciada pela sociedade capixaba na época. Foi criado, ainda, o Conselho Superior de Ensino Público que, de acordo com o art. nº 224, funcionaria como um órgão consultivo da administração estadual para assuntos referentes à instrução pública, como a emissão de parecer sobre livros didáticos, processos disciplinares e aprovação dos programas de ensino das escolas. De fato, o novo órgão estava completamente submetido ao governo do Estado, considerando que era integrado pelo próprio presidente e mais três membros indicados por ele, além dos diretores da Escola Normal e do Ginásio Espírito Santo, cargos de confiança do governo. Assim, mantinha-se, na área educacional, a política centralizadora praticada pelo governo durante toda a Primeira República.

O combate ao analfabetismo continuava como o principal ponto, no discurso dos dirigentes políticos, em relação à educação, conforme pode ser percebido no relatório enviado ao presidente do Estado, no ano de 1924, pelo secretário da Instrução, Dr. Mirabeau Pimentel:

[...] Não há que mais estorve o desenvolvimento de um povo do que o analfabetismo. A educação popular é uma questão de vida ou de morte. O ignorante é uma massa bruta, um peso morto, uma quantidade negativa no seio do povo. Combater o analfabetismo, propagar a instrução e disseminar-a com carinho e persistência, é dever indeclinável de todos os governos. Em nosso país a massa de analfabetos é formidável. Legou-no-la o Império, e a República pouco há feito para liquidar-a, ou sequer diminuir-a. (ESPÍRITO SANTO, 1924, p. 3).

O secretário da Instrução reconhecia que a solução para diminuir o índice de analfabetismo estaria na construção de escolas e na contratação de professores, contudo afirmava que tais medidas eram *inviáveis economicamente*, considerando a situação

financeira do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1924). Assim, o secretário propôs que, nas regiões com mais carência de vagas, a carga horária escolar fosse reduzida em uma hora, portanto, passaria de quatro para três horas diárias. Desse modo, seria possível aumentar o número de turnos nas escolas. O professor que optasse por trabalhar em dois turnos receberia uma gratificação mensal correspondente a 30% a mais dos seus vencimentos. Esse fato demonstra a postura contraditória dos dirigentes públicos, como Mirabeau Pimentel, em relação à educação, pois, ao mesmo tempo em que denunciou veementemente a ineficiência do Poder Público no combate ao analfabetismo, propôs ações que levaram à desqualificação do ensino e das condições de trabalho do professor.

No Espírito Santo, durante as primeiras décadas do Século XX, a taxa de analfabetismo entre a população acima de 15 anos girava em torno 65% (VIVÁQUA, 1930), com a mesma tendência de queda verificada ao longo do século em todo o território brasileiro. Embora não exista registro específico, é provável que, na cidade de Vitória e nas regiões mais próximas, a taxa de analfabetismo fosse mais baixa, devido às melhores condições gerais na estrutura socioeconômica e educacional.

Em relação ao desenvolvimento do ensino primário, o primeiro recenseamento escolar do Estado, realizado no ano de 1925, identificou uma população de 57.212 crianças em idade escolar (7 a 12 anos) - 31.372, do sexo masculino, e 25.840, do feminino. O número de alunos que frequentavam com regularidade as escolas primárias estaduais, municipais e particulares era de 17.960, ou seja, menos de 1/3 do total de crianças em idade escolar. Esses dados indicam que, apesar do crescimento do número de vagas no ensino primário verificado ao longo das primeiras décadas do Século XX, apenas uma pequena parte da população em idade escolar cursava o ensino primário na faixa etária prevista na legislação educacional. Mas a situação educacional do Espírito Santo não era muito diferente do que ocorria nos demais estados brasileiros. De acordo com o censo educacional de 1927, o estado ocupava o 5º lugar no que dizia respeito ao acesso da população em idade escolar ao ensino primário, ficando abaixo do Rio Grande do Sul, de Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo. Outra pesquisa realizada dois anos depois mostrou o estado na 3ª. colocação, abaixo do Paraná e de São Paulo (VIVACQUA, 1930).

Diante desse cenário, fica evidente o abismo que separa o ensino primário do secundário. O fato é que o ensino secundário herdou do Império um caráter extremamente elitista e representa um espaço de formação destinado a atender somente à pequena parcela da população que buscava o ensino superior. Na política educacional do Império, a instrução primária destinava-se a cumprir seu papel civilizador, enquanto

a instrução secundária deveria ser responsável pela formação da elite ilustrada, diretamente vinculada ao pequeno círculo que participava do poder político e econômico do Estado. O Colégio Pedro II, criado em 2 de dezembro de 1837, destinava-se à formação dessa elite, mas, além disso, integrou o projeto imperial de construção da identidade cultural da Nação e, de acordo com Schwarcz (2000, p.150), “[...] converteu-se em uma espécie de ‘símbolo de civilidade’, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro [...]”. Com o advento do regime republicano, o Colégio passou a se chamar Ginásio Nacional Pedro II e se manteve como referência de ensino para todas as instituições secundárias do Brasil durante a Primeira República.

Nesse período, as Reformas Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901) e Carlos Maximiliano (1915) estabeleceram medidas que fizeram do ensino secundário o caminho necessário para o ingresso no curso superior, reforçando o vínculo entre os dois níveis de ensino. Segundo Lopes (2006, p.3), tais medidas, que visavam, fundamentalmente, controlar o acesso ao ensino superior, foram decisivas “[...] na definição do caráter seletivo e preparatório do ensino secundário [...]”. Inicialmente, os estudos no ensino secundário poderiam ser feitos de forma independente, com a ajuda de professores particulares ou recorrendo aos cursos preparatórios e, no final de cada ano letivo, o interessado poderia prestar os exames aplicados pelo estabelecimento oficial de ensino.

Em 1925, a Reforma Rocha Vaz estabeleceu a seriação obrigatória dos estudos secundários e determinou o fim do ensino livre e dos cursos preparatórios. E como o Poder Público não tinha ginásios oficiais em número suficiente para atender aos pretendentes à instrução secundária, essa medida representou um impulso a mais no desenvolvimento da iniciativa particular nesse setor.

Nos primeiros anos da República, o Espírito Santo contava com um estabelecimento de ensino secundário e um secundário profissional, ambos localizados na cidade de Vitória. O primeiro era o Ginásio Espírito Santo, criado pela Lei nº 460, de 24 de outubro de 1906, mas que só passou a funcionar dois anos depois, com a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 96, de 19 de fevereiro de 1908, e o segundo, a Escola Normal Pedro II, criada pelo Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892, ambos equiparados ao Ginásio Nacional Pedro II. Os demais estabelecimentos de ensino secundário que surgiram ao longo do período seguiam, obrigatoriamente, o regulamento e o programa curricular das duas instituições públicas.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento do ensino secundário não estava entre as principais metas do Governo Estadual na Primeira República. Na área educacional, o

Poder Público, não apenas no Espírito Santo, mas também em todo o território nacional, tinha como foco a disseminação do ensino primário e o combate ao analfabetismo. O gasto com o ensino secundário era visto pelas autoridades competentes como um peso no orçamento público que comprometia o investimento no ensino primário. Por isso, procuravam, sempre que possível, incentivar a participação da iniciativa privada nesse setor do ensino. Como dito, os estados mantinham apenas um ginásio modelo em suas capitais e abriam espaço para a rápida proliferação das escolas particulares em todo o período.

Essa postura pode ser percebida no relatório apresentado pelo diretor de Instrução, Cerqueira Lima, no período da criação do Ginásio do Espírito Santo. Inicialmente, destacou que a criação do ginásio deveu-se às solicitações da sociedade local:

[...] Por insistentes e quase gerais reclamações dos paes de famílias, os poderes competentes resolveram a creação do Gymnasio Espírito Santense, achando que o Estado podia fazer um sacrifício pecuniário das suas rendas para o fim tão útil e reclamado (ESPÍRITO SANTO, 1908, p.12).

Posteriormente, relatou as dificuldades do Estado de arcar com as despesas referentes ao pagamento de professores e à compra de mobiliário para a nova instituição de ensino secundário. Assim, finalizou seu relatório sugerindo que o Ginásio passasse “[...] a mãos particulares para evitar excessos de despesas [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1908, p.13). Anos depois, o presidente de Estado, Nestor Gomes (1920-1924), em sua mensagem apresentada no Congresso Legislativo, defendeu, de maneira enfática, a desobrigação do estado em relação ao ensino secundário:

[...] Ao que me é dado alcançar, a modificação do nosso programa da Instrução, no sentido de eliminarmos d'elle o ensino secundário, como funcção direta do estado, attenderia a duas vantagens: uma a da sua própria ampliação, e outra a do augmento de verba para o desenvolvimento do ensino primário no interior (ESPÍRITO SANTO, 1922, p. 20).

Na documentação analisada – relatórios dos presidentes de Estados e diretores da Instrução Pública, publicações da imprensa e artigos de profissionais da educação – em nenhuma parte, aparece a ideia de que o ginásio deveria disseminar o ensino secundário entre as classes populares. Ao contrário, era visto como um espaço destinado a formar as elites locais e a prepará-las para ingressarem no ensino superior. Essa visão pode ser percebida no relatório do diretor da instituição, ao comentar sobre seu corpo discente: “[...] das melhores famílias dessa capital e do interior do Estado se constitui o

corpo discente do Gymnasio Espirito – Santense [...]” (ESPÍRITO SANTO, diretor, padre Elias Tommasi, 1919, p.19). Os textos dos documentos, frequentemente, faziam referência ao alto índice de aprovação dos alunos da instituição que prestavam exame de seleção nas faculdades do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia.

No final da década de 1920, os estabelecimentos particulares, no ensino secundário, já suplantavam a participação das duas instituições públicas oficiais. Esse fato foi destacado com grande entusiasmo por Vivacqua (1930, p. 11), último secretário da Instrução Pública, em seu estudo sobre o cenário educacional do Estado:

[...] Temos, na realidade, um valioso concurso da iniciativa particular em benefício da instrução, justificado pelo interesse e auxílio com que o governo continua a apoiá-la, já mediante subvenções, já mediante outras formas, como o fornecimento de materiais escolares. A quase totalidade dos institutos respectivos se acha provida à custa do Estado.

No ano de 1929, além das duas instituições públicas oficiais, a cidade de Vitória contava com quatro estabelecimentos particulares de ensino secundário: o Ginásio São Vicente de Paulo, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a Missão Baptista e a Academia de Comércio. No interior, os estabelecimentos particulares de ensino secundário estavam localizados, principalmente, nas cidades do sul do Estado, região que apresentava o maior grau de desenvolvimento econômico devido à cultura cafeeira. No ano de 1929, a matrícula total atingiu o número de 208 alunos, distribuídos pelos estabelecimentos seguintes: Ginásio Pedro Palácios (C. Itapemirim), Colégio D. Fernando de Souza Monteiro (Muqui), Colégio Ubaldo Ramallete Maia (Santa Leopoldina), Ginásio do Alegre (Alegre), Ginásio Costa (S. Pedro de Itabapoana), Instituto Mirabeau Pimentel (S. José do Calçado) e Instituto Anchieta (Colatina)

Mesmo diante de todos esses fatores que obstruíam o acesso da população, há indicação de que tenha ocorrido, durante as primeiras décadas do Século XX, uma pequena aproximação das classes populares em relação ao ensino secundário, que marcou o início do lento processo de expansão desse nível de ensino entre diferentes segmentos da sociedade e de mudança com a feição elitista herdada do Império. As inúmeras solicitações de isenção do pagamento das matrículas do Ginásio e da Escola Normal, enviadas aos presidentes de Estados por famílias de baixa renda que desejavam matricular seus filhos nas duas instituições, indicam que o ideal do ensino secundário começava a se difundir entre as classes populares. Nas argumentações tecidas em seus textos, os solicitantes apelam para a *bondade, a generosidade e a graça* do governante, mostrando que, em grande medida, a educação era vista não como um direito, mas

como um favor, uma concessão das autoridades dirigentes.

No final da década de 1920, o cenário educacional viveu um novo período de agitação provocada por mais uma intervenção do Estado na educação pública - a terceira da Primeira República, ocorrida durante o governo do presidente de Estado, Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Tanto o presidente de Estado quanto o secretário da Instrução, Attilio Vivacqua, que conduziu a reforma, tiveram estreita ligação com a educação, especificamente com o Ginásio Espírito Santo: o primeiro atuou como professor e diretor da instituição, e o segundo concluiu ali o seu curso secundário. Esse fato mostra a importância do ginásio como o principal espaço de formação das elites dirigentes locais.

Como já referido, a Reforma Vivacqua não apresentou uma dimensão estritamente pedagógica. A ligação dos seus idealizadores com o movimento cultural vanguardista de São Paulo fez com que fosse feita uma crítica aos padrões culturais que marcavam a sociedade capixaba da época, principalmente no que dizia respeito ao gosto e à estética literária predominante entre escritores, jornalistas e professores do Estado. O jornalista e escritor João Calazans publicava, em sua coluna semanal, no jornal *Diário da Manhã*, intitulada *Às quintas-feiras*, duras críticas à vida cultural e literária do Estado. Ao traçar um panorama do movimento cultural no Estado, durante o ano de 1930, teceu os seguintes comentários:

[...] No Espírito Santo o ano de 1930 pouca diferença fez dos outros anos. Aqui a gente não estranha mais. É um absoluto desprezo pela arte e pela cultura. [...] A mocidade nasce como um ultraje à estética numa 'página de estímulo' da clássica escola da *Vida Capixaba* (mais tarde ela se vai fossilizar fatalmente no Instituto Histórico). Apresentam o aspecto – sempre que escrevem – de crentes, apaixonados e desiludidos da vida e do amor. Cada um representa um trágico sofredor, – mártir que anseia vingança... a vítima é sem dúvida a indefesa literatura. [...] Os poetas do Espírito Santo são em número tão insignificante que se pode contar nos dedos. Isso não tem importância: porque podia possuir um só – mas que fosse poeta (CALAZANS, 1931, p. 3).

Além das transformações no Curso de Formação para o Magistério Primário, a reforma também objetivava propagar seus pressupostos pedagógicos entre o professorado de todo o Estado. A estratégia traçada por Vivacqua (1929) consistiu em criar o *Curso Superior de Cultura Pedagógica*, destinado ao aperfeiçoamento de professores e inspetores (Decreto nº 9.750, de 30 de agosto de 1929) que, segundo seu idealizador, deveria promover a “[...] preparação de um corpo nuclear propagantista e aplicadores da Escola Nova [...]” (p. 4). A proposta era de formar um grupo de pessoas

capacitadas para assumir a direção dos grupos escolares e ingressar como professores na Escola Normal. O art. 4º do decreto previa que o Estado proporcionaria transporte gratuito até a Capital para os professores do interior e uma ajuda de custo arbitrada pelo secretário de Instrução.

O curso foi organizado, e todas as suas aulas foram ministradas pelo inspetor federal Deodato de Moraes. A duração era de seis meses, com uma carga horária de 20h semanais e funcionava em uma sala do Grupo Escolar Gomes Cardim. O programa curricular, aprovado pela Resolução nº 257 de 1929, foi completamente moldado pelos pressupostos da Escola Nova e se apresentava dividido em quatro módulos de estudo: Pedagogia Científica, Didática, Escola Ativa e Questões Técnicas e Sociais. No encerramento do curso, os 32 da primeira turma apresentaram, individualmente, um trabalho escrito (*theses finaes*) sobre diferentes temas relacionados à educação na ótica da Escola Nova.

O Curso Superior de Cultura Pedagógica contou, principalmente, com a participação de professores primários do Magistério público, professores do ensino normal e integrantes da equipe de Vivacqua, como Garcia Rezende e Lydia Besouchet, ex-aluna da Escola Normal. O curso ficou circunscrito ao universo da Escola Normal, e o único participante do Ginásio Espírito Santo foi o professor de francês, Francisco Generoso, que discutiu, em seu trabalho, sobre a aplicação da escola ativa no ensino secundário. O curso não ultrapassou a primeira edição, devido, entre outros fatores, ao movimento político de 1930, que determinou a saída de Vivacqua e de toda a sua equipe do comando da Secretaria de Instrução do Estado. O fato era que os espaços para a formação do professor eram episódicos e só surgiam no momento da execução das reformas educacionais, como o *Congresso Pedagógico*, na reforma de Cardim (1908), e o *Curso Superior de Cultura Pedagógica*, na reforma de Vivacqua.

A reforma de Vivacqua foi mais uma entre as inúmeras reformas educacionais ocorridas nos diversos estados ao longo da década de 1920. Esse período foi caracterizado pela intensificação do debate sobre os diversos aspectos que configuravam a realidade educacional no País e se diferenciou das décadas anteriores, pois, como observou Nagle (2001, p.134),

[...] O que distingue a última década da primeira república das que a antecederam, foi justamente isso: a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis.

Além disso, a discussão sobre a temática da educação deixava de ser realizada



por jornalistas e escritores e passava a ser objeto do debate travado entre a nova categoria de teóricos e educadores profissionais que se formavam a partir desse período. No Espírito Santo, os profissionais da educação não estavam alheios aos movimentos que se desenrolavam no cenário educacional do Brasil. Em 1929, Elpídio Pimentel, professor de Português e Literatura do Ginásio Espírito Santo, destacava o acirramento das discussões educacionais no País:

[...] De 1920 para cá tem havido, no paiz, por parte dos que encanecem às voltas com questões de ensino, brilhante movimento, cheio de optimismo, e sugestões, derramadas em discursos, pareceres, artigos de jornal, folhetos e livros, esforçando-se por encontrar a incógnita provável do problema escolar brasileiro (PIMENTEL, 1929, p. 4-6).

Nesse mesmo ano, um grupo de sete professores secundaristas dos estabelecimentos oficiais de ensino realizou uma série de encontros para elaborar as propostas que seriam defendidas pelo representante local, na 3ª Conferência Nacional de Educação em São Paulo, promovida pela Associação Brasileira de Educação, quando seriam discutidas questões relativas à organização do ensino secundário no Brasil.

A proposta produzida pelos professores capixabas defendia um ensino secundário com finalidades múltiplas e consistia de uma base de cunho *humanista* e especializações em áreas técnicas para quem tivesse aptidões práticas e em Ciências e Letras para os alunos que quisessem prosseguir os estudos: “[...] Um ensino secundário de orientação pragmática que fundiria nos Gymnasios todos os cursos normaes, agrícolas, comerciaes e industriaes [...]” (PIMENTEL, 1929, p. 5). Na construção teórica da proposta, foram utilizadas, como referência, as ideias de Georg Michael Kerschensteiner, pedagogo alemão e discípulo de Dewey, no que dizia respeito à formação para a vida prática e para o mundo do trabalho. Esse fato mostra a circulação das ideias e dos autores ligados à *Escola Nova* entre os professores que atuavam nas duas instituições investigadas e sinaliza como eles se apropriavam dos pressupostos dessa corrente pedagógica para elaborar seus discursos, mesmo que, em muitos momentos, suas práticas pudessem resultar completamente contrárias a essa teoria.

Na proposta apresentada pela seção capixaba da Associação Brasileira de Educação, constam, ainda, os seguintes pontos:

[...] Investimentos na produção de material didáctico adequado a realidade nacional (a maioria era cópia de textos estrangeiros); remodelar o ensino secundário de forma que possa constituir o eixo fundamental da Escola única do Brasil, articulando-se por um lado com o ensino primário e por outro com as especializações superiores; ensino gratuito controlado integralmente pelo poder federal, dever-se-ia

suprimir o commercio desse ensino; fim da seriação no curso secundário; no ensino de línguas deveria ser organizada uma gramática nacional que padronizasse definitivamente a ortografia; bolsas de estudo para o exterior e uso do espaço escolar para a realização de campanhas sociais (PIMENTEL, 1929, p. 5-6).

É interessante destacar que o grupo de professores mostrava-se contrário à participação da iniciativa privada no ensino secundário. Essa tendência, a partir desse período, tornou-se irreversível e, devido à incapacidade do Estado de prover os recursos necessários para o bom funcionamento dos seus estabelecimentos oficiais, esse grupo defendia a federalização desse setor do ensino. Além disso, a proposta criticava o curso secundário estabelecido no programa da Reforma Rocha Vaz (1925), mas que vigorara efetivamente a partir da década de 1930.

Essa movimentação em torno das questões relacionadas ao campo da educação motivou o surgimento de uma nova publicação sobre o tema no início da década de 1930. Antes, a Secretaria de Educação do Estado havia criado a *Revista Pedagógica*, que foi substituída pela *Revista Labor*, ambas com curta existência. A nova publicação ganhou o nome de *Revista de Educação* e tinha o objetivo de divulgar as experiências desenvolvidas por professores da rede estadual de ensino. Os maiores colaboradores da revista eram os professores do ensino primário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das fontes analisadas nesta pesquisa sinalizou que as discussões sobre a educação ganhavam espaço entre os diversos segmentos da sociedade capixaba durante a Primeira República. Essa mobilização sobre as temáticas educacionais tornava-se ainda mais intensa nos momentos de implantação das reformas educacionais, principalmente as reformas Gomes Cardim (1908) e Atilio Vivacqua (1928), que, além de representar um importante momento de difusão dos pressupostos da Escola Nova entre os profissionais da educação no Estado, também, no caso específico da reforma liderada por Vivacqua, promoveu uma crítica aos padrões estéticos culturais e literários que predominavam na sociedade capixaba.

Na análise das práticas dos dirigentes políticos da época, foi possível observar que os governos estaduais, durante a Primeira República, continuaram com a política extremamente centralizadora desenvolvida pelos presidentes da província desde o Século XIX. Todas as medidas, desde as mais complexas até a escolha de um livro didático, a aprovação de um programa de ensino escolar ou o financiamento para a publicação de um livro ou revista escolar passavam, necessariamente, pelo crivo do

presidente de Estado. Essa política centralizadora certamente era favorecida pela estrutura ainda relativamente simples da máquina administrativa.

Na educação, a principal meta do governo republicano era de desenvolver o ensino primário e de combater o analfabetismo. Assim, a formação do magistério primário foi um dos temas centrais nas referidas reformas. Apesar da importância atribuída ao ensino primário, no Espírito Santo, durante a Primeira República, o ensino secundário passou por mudanças bastante significativas. O Ginásio do Espírito Santo e a Escola Normal se consolidavam como instituições de ensino secundário oficial e passaram a funcionar de maneira mais estável. Foi instituída a realização de concurso público para prover as cadeiras de professores, os chamados “lentes”, e favorecer a formação gradativa de um quadro de profissionais regulares nas duas instituições. Apesar disso, muitas cadeiras continuavam vagas devido à carência de profissionais para atuarem em determinadas áreas do conhecimento.

O Ginásio do Espírito Santo e a Escola Normal ocupavam um lugar extremamente representativo no cenário social. Professores e alunos que passaram por essas escolas desempenhariam importantes funções na área política e cultural do Estado. De fato, ser professor nessas escolas conferia prestígio e reconhecimento social, por isso os concursos para *lente catedrático* representavam verdadeiros acontecimentos sociais e mobilizavam os setores mais representativos do poder local. Na época, vigorava a concepção do professor como um intelectual, alguém habilitado para pensar sobre as questões que se apresentavam diante da sociedade da época. Nesse período, muitos professores secundaristas participavam ativamente das mais diversas discussões travadas na imprensa local. De fato, eles eram os principais colaboradores dos jornais e das revistas que circulavam no Estado.

Foi possível identificar, nesse período, um pequeno movimento de expansão do ensino secundário entre as classes populares, principalmente do ensino normal que, por oferecer uma formação profissional, capacitava o aluno para entrar imediatamente no mercado de trabalho. A Escola Normal, acompanhando a tendência geral, firmava-se como um local de formação destinado ao público feminino. Por outro lado, o curso secundário, que preparava para o ingresso nas academias superiores, deixava de ser um espaço exclusivo do público masculino. Mesmo muito lentamente, crescia o número de meninas matriculadas no ginásio, que chegaram a representar, no ano de 1930, cerca de 20% da matrícula geral (ESPÍRITO SANTO, 1933-1948).

## ABSTRACT

This article presents a study on the educational policy scenario in Espírito Santo during the First Republic, focusing specifically on the principal aspects, which marked the implantation of the Reforms of Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908) and Atílio Vivacqua (1928). In the study of these educational reforms, I point out the proposed actions, the main measures related to formation for primary school teachers, the pedagogical concepts which shape the discourse of the reformers and the circulation/appropriation of these ideas by teachers from the public school system. I undertake an analysis based on the intersection of information relating to the political, economic and sociocultural aspects, which marked Espírito Santo's society between the late nineteenth century, and the early decades of the twentieth century, focusing on the city of Vitória. With regard to methodology, my option was for an historical-documentary research based on a great variety of written evidence: government reports, education legislation, petitions, requests and letters issued and received by the ruling authorities in addition to the written production of teachers published in newspapers and magazines. The historiographical premises of Bloch (2001) and Ginzburg (2002, 2004) guided this article with documentary sources treated as signs, and evidence from the chosen historical time. The set of sources analysed in the research suggested that discussions about education gained headway amongst the diverse segments of Espírito Santo society during the First Republic.

**Keywords:** Education reforms. Espírito Santo. First Republic.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Considerações sobre o ensino da história da educação no Brasil. In: GATTI JÚNIOR, Décio; FILHO, Geraldo Inácio (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. P. 33-46.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004<sup>a</sup>.

PIMENTEL, Elpídio. Voto separado. **Revista Vida Capichaba**, ano VII, n.189, p.4-6, ago. 1929.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive Veiga. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma**: Legislação Educacional no Brasil Império e na República. Brasília: Liber livro, 2008.

VIVACQUA, Attilio. **Educação brasileira**: directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo. Victória: Typ. Vida Capichaba, 1930.

### **Relatórios de Estado**

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire pelo Director de Instrução Pública, José Joaquim Pessanha Póvoa**. Rio de Janeiro: Typ Leuzinger, 1897.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Director da Instrução Dr. Henrique A. Cerqueira Lima em 13 de agosto de 1908**. Victoria: Typ e Papelaria Modelo, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909**. Victoria, Imprensa Official, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Snr Secretario da Instrução Attilio Vivacqua pelo Director da Escola Normal e Annexas Arnulpho de Mattos em 19 de julho de 1929**. Victoria, 1929a (documento datilografado).

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: MONTEIRO). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 13 de setembro de 1917 pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro**. Vitctoria: Sociedade de Artes Graphics, 1917.

ESPÍRITO SANTO (Estado) Relatório apresentado pelo Director do Gymnasio Espírito Santo, Aristeu Borges de Aguiar ao Secretário da Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel. In: PIMENTEL, Mirabeau da Rocha. **Relatório apresentado pelo Secretário de Instrução a S. EXA. O. SNR Presidente do Estado do Espírito Santo**. Victoria: Typ Samorini e CIA, 1922.

### **DOCUMENTOS AVULSOS – FUNDO DE EDUCAÇÃO**

ABAIXO-ASSINADO DE MORADORES DE GOIABEIRAS. Solicita ao Presidente do estado do Espírito Santo a criação de uma escola na localidade de Goiabeiras. Vitória, Espírito Santo. Arquivo Público do estado do Espírito Santo. Fundo de Educação. Caixa 31 – requerimentos recebidos pelo presidente do Estado, diretor de instrução publica do estado do Espírito Santo, Delegado literário, Inspetor Geral do ensino, Director das escolas normais e Annexas. 1914-1919.